

Prefeitura diz que alta da tarifa de ônibus ficou abaixo da inflação

Gestão afirma: reajuste de 6% é menor que inflação acumulada em cinco anos

Paulo H. Carvalho/Agência Brasília

A Prefeitura de São Paulo afirmou nesta quarta-feira, 14, que o reajuste da tarifa de ônibus na capital ficou abaixo da inflação acumulada nos últimos cinco anos e informou que ainda não foi oficialmente notificada pela Justiça para prestar esclarecimentos sobre o aumento. A nova tarifa entrou em vigor no dia 6 de janeiro e elevou o valor da passagem de R\$ 5 para R\$ 5,30, um reajuste de 6%.

Segundo a administração municipal, a correção aplicada agora representa menos da metade da inflação registrada entre 2020 e 2024. De acordo com dados do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, o IPCA acumulado no período foi de 40,31%. Ainda conforme a prefeitura, durante esse intervalo a tarifa permaneceu congelada e não houve reajustes anuais no sistema municipal de ônibus.

A manifestação do Executivo ocorre após decisão da Justiça que determinou que o município seja intimado a apresentar informações sobre o aumento antes da análise de um pedido liminar que pode suspender o reajuste. O prazo estabelecido é de 48 horas, contado a partir da notificação oficial, que, segundo a prefeitura, ainda não ocorreu.

Decisão judicial

A decisão judicial atende a um pedido do Ministério Público em ação popular que



Prefeitura diz que tarifa anterior foi mantida em R\$ 4,40 por cinco anos consecutivos

questiona a legalidade do reajuste. O processo foi movido pelo vereador Dheison Silva, do PT, que aponta possíveis irregularidades na forma como o aumento foi autorizado. Entre os argumentos apresentados está a alegação de que a correção tarifária teria sido formalizada por meio administrativo inadequado e sem a participação obrigatória do Conselho Municipal de Trânsito e Transporte.

Sem justificativa

No campo econômico, a

ação sustenta que não haveria justificativa para um aumento real da tarifa acima da inflação, considerando os custos do sistema e os subsídios públicos destinados ao transporte coletivo. O Ministério Público, ao analisar o pedido, avaliou que a complexidade do caso exige uma análise detalhada dos argumentos apresentados e dos motivos que embasaram a decisão da administração municipal.

A prefeitura reforça que o reajuste foi definido após reu-

nião com secretários responsáveis pelas áreas de transporte, mobilidade urbana e orçamento. Segundo a gestão municipal, o índice aplicado também ficou abaixo do IPC-Fipe Transporte acumulado nos últimos 12 meses, que chegou a 6,5%.

Mesma tarifa por cinco anos

A administração municipal destaca ainda que, durante a atual gestão, a tarifa foi mantida em R\$ 4,40 por cinco anos consecutivos. A única atualização

ocorreu em 2024, quando o valor passou para R\$ 5, representando um aumento de 13,6%, percentual considerado inferior à inflação acumulada no mesmo intervalo. Com a nova correção para R\$ 5,30, a prefeitura sustenta que o reajuste continua proporcionalmente menor que a alta geral dos preços no período.

Outro ponto ressaltado é que São Paulo mantém uma das tarifas de ônibus mais baixas da Região Metropolitana e também uma das menores entre as grandes capitais do país. A prefeitura afirma que o valor permite ao passageiro utilizar até quatro ônibus no intervalo de três horas por meio do Bilhete Único, o que amplia o acesso ao sistema de transporte público.

Segundo a gestão municipal, o novo valor da tarifa foi encaminhado à Câmara Municipal de São Paulo, respeitando os trâmites legais previstos na legislação. A prefeitura afirma ainda que segue aberta ao diálogo institucional e que prestará todos os esclarecimentos solicitados assim que for oficialmente notificada pela Justiça.

Além do transporte por ônibus, as tarifas de trens metropolitanos e do Metrô também foram reajustadas no início do ano. Os valores passaram de R\$ 5,20 para R\$ 5,40, conforme decisão do governo do Estado e passou a valer em 6 de janeiro.

Zona Azul fica mais cara: quase R\$ 7,00 por hora

Paco Ruas/R2Press/Folhapress

O valor da Zona Azul em São Paulo será reajustado a partir do dia 20 de janeiro. A tarifa do Cartão Azul Digital, utilizado para o estacionamento rotativo nas vias públicas da capital, passará por aumento após a atualização anual prevista em contrato. Atualmente, o motorista paga R\$ 6,67 para estacionar por uma hora em uma vaga da Zona Azul. Com o reajuste, o valor sobe para R\$ 6,95 por hora, o que representa uma alta de 4,20%. O novo preço passa a valer em toda a cidade e se aplica a todas as vagas regulamentadas pelo sistema.

De acordo com a Prefeitura de São Paulo, a correção da tarifa segue o índice oficial de inflação. Em 2025, o IPCA acumulado foi de 4,26%, percentual utilizado como base para a atualização do valor cobrado pelo estacionamento rotativo.



Novo valor do estacionamento sobe a partir de 20 de janeiro.

O sistema de Zona Azul é operado por meio de concessão e prevê, em contrato, a atualização anual das tarifas conforme a inflação do período. O Cartão Azul Digital pode ser adquirido por aplicativos credenciados, pontos de venda físicos ou outros canais

oficiais disponibilizados pela administração municipal.

A Prefeitura diz que o reajuste tem como objetivo manter o equilíbrio econômico do serviço e garantir a operação, fiscalização e manutenção das vagas de estacionamento rotativo.

SP terá terminal para carro voador no Campo de Marte

A cidade de São Paulo vai abrigar um dos primeiros vertiportos urbanos do Brasil, estrutura voltada à operação de aeronaves elétricas de decolagem e pouso vertical, conhecidas popularmente como carros voadores. O projeto será implantado no aeroporto Campo de Marte, na Zona Norte da capital, e deve se tornar um eixo estratégico da futura mobilidade aérea da Região Metropolitana.

A iniciativa surge a partir de uma parceria entre a PAX Aeroportos, concessionária responsável pelo Campo de Marte, e a UrbanV, empresa internacional especializada no desenvolvimento e operação de redes de vertiportos. Em São Paulo, a proposta é aproveitar a infraestrutura já existente do aeroporto para viabilizar hangares, áreas de embarque e

integração com regiões de alta demanda, como a Faria Lima, Alphaville, Campinas, a Baixada Santista e os principais aeroportos da cidade.

O Campo de Marte também foi escolhido para sediar um sandbox regulatório em parceria com a Agência Nacional de Aviação Civil. Esse modelo cria um ambiente controlado para testes de novas tecnologias, permitindo avaliar, na prática, a segurança e a viabilidade operacional dos eVTOLs antes de uma liberação comercial mais ampla.

A mobilidade aérea urbana é vista como uma alternativa para reduzir tempos de deslocamento em uma metrópole marcada por congestionamentos. Para que isso se torne realidade, os vertiportos precisam atender a exigências rigorosas de segurança e acessibilidade.